



V1_Número 2. 2022

RELATÓRIO DE WEBINAR

O que o Brasil vê como oportunidades e desafios para a agenda da Soberania e do Clima?

16 de Agosto de 2022

FICHA INSTITUCIONAL

Diretor Presidente

Raul Jungmann

Conselho de administração

Marcelo Furtado

Raul Jungmann

Sergio Westphalen Etchegoyen

Presidente do Conselho de Administração

Sergio Westphalen Etchegoyen

Diretor Administrativo Financeiro

Newton Raulino

Assistente Administrativo Financeiro

Leandra Barra

Núcleo de Pesquisa e Conteúdo

Mariana Nascimento Plum

Bruna Ferreira

Mila Campbell

Núcleo de Relações Institucionais

Felipe Sampaio

Núcleo Jurídico

Gabriel Sampaio

Núcleo de Inteligência e Informação

Antônio Augusto Muniz

Núcleo Técnico

José Hugo Volkmer

Revisão

Mariana Nascimento Plum

Bruna Ferreira

Mila Campbell

Projeto Gráfico e Diagramação

Pedro Bopp

Relatório de Webinar.

V1. N° 2. 2022

O que o Brasil vê como oportunidades para a agenda da Soberania e do Clima?

20p.

Palavras chave:

1. Soberania 2. Clima 3. Geopolítica 4. Políticas Públicas 5. Multilateralismo 6. Amazônia.

SOBRE O EVENTO

Webinar O que o Brasil vê como oportunidades e desafios para a agenda da Soberania e do Clima? realizado em 16 de agosto de 2022

Disponível em

<https://youtu.be/kSnVlj2SuZI>

Participantes

Sergio Etchegoyen, Centro Soberania e Clima.

Ana Flávia Barros, Escola Superior de Defesa (ESD).

Raoni Rajão, UFMG/Wilson Center.

Currículos dos participantes



Ana Flávia Barros é Professora Associada da Universidade de Brasília no Instituto de Relações Internacionais desde 2002. Colaboradora da

Escola Superior de Defesa (ESD). Coautora do livro *Organizações e Instituições Internacionais* (2021), com Niels Soendergaard. Coordenadora da Pós-graduação de 2016 a 2020. Diretora do *Brasília Research Center do Earth System Governance*. *Senior Research Fellow* e Membro da *Ocean Task Force* da Rede *Earth System Governance*. Pesquisadora do Centro de Estudos Globais. Conselheira do *Women Leaders for Planetary Health*, Alemanha. Membro do PPGMar da SECIRM. Realizou pós-doutorado no *CERIC (Centre d'Etudes et de Recherches Internationales et Communautaires)* da Universidade *Aix Marseille* (França) no âmbito do Edital Mar II da CAPES, Projeto "A estratégia brasileira para a gestão sustentável dos recursos vivos e não vivos marinhos", com bolsa da CAPES (Programas Estratégicos - DRI). Doutora e Mestre em Relações Internacionais - Université de Paris I (*Panthéon-Sorbonne*), 2000. Foi Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais da UnB de 2008 a 2014.



Raoni Rajão é Professor Associado de Gestão Ambiental e Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia no departamento de Engenharia de Produção da UFMG e membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências. Atualmente é pesquisador convidado do Wilson Center em *Washington DC*, com um projeto de pesquisa com foco na interface entre as ciências ambientais e os militares, de 1964 ao governo Bolsonaro. Ele também atua como co-orientador nos programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Política Ambiental e Economia na Universidade de Bonn (Alemanha),

e *Forest and Nature Conservation da Wageningen Universiteit* (Países Baixos). Prof. Rajão também tem sido professor visitante regular em diferentes instituições com destaque à *Lancaster University* (Reino Unido), *Universität Bremen* (Alemanha), *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne* e *University of Wisconsin-Madison* (EUA). Ele é graduado em Ciência da Computação pela *Università degli Studi Milano-Bicocca* (Itália) e Mestre e Doutor em Organização, Trabalho e Tecnologia pela *Lancaster University*. Desde o mestrado se dedica ao estudo da relação entre tecnologia, ciência e políticas públicas, com ênfase na avaliação de políticas de controle do desmatamento e de pagamento por serviços ambientais. Rajão trabalha de forma próxima dos governos estaduais do Pará e Minas Gerais e do Tribunal de Contas da União, tendo já participado na construção de políticas públicas nos Ministérios da Economia, Agricultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia em projetos apoiados pelo Banco Mundial, ONU e GIZ e NICFI/NORAD. Ele também publicou livros e artigos científicos em periódicos de grande impacto como *Science, Nature Climate Change*.



Sergio Etchegoyen é general do Exército da reserva. Foi ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

(maio de 2016 a dezembro de 2018). Ingressou no Exército em 1971, na Academia Militar das Agulhas Negras. Como oficial-general (novembro de 2004 a maio de 2016) comandou a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, foi assessor especial militar do ministro da Defesa e cumulativamente chefe do Núcleo de Implantação da Estratégia Nacional de Defesa. É co-fundador do Soberania e Clima.

Introdução

No dia 16 de agosto de 2022, o Centro Soberania e Clima realizou o primeiro evento do Ciclo Soberania e Clima em debate: “O que o Brasil vê como oportunidades e desafios para a agenda da Soberania e do Clima?”. O *webinar* buscou discutir possíveis oportunidades e desafios que o Brasil enfrenta no contexto da agenda da Soberania e do Clima.

O Brasil está no centro da discussão sobre governança global climática e ambiental. O país é detentor de cerca de 15 a 20% da biodiversidade global, contendo em seu território dois *hotspots* de biodiversidade — a Mata Atlântica e o Cerrado —, seis diferentes biomas e três grandes ecossistemas marítimos. Esses fatores conferem à biodiversidade brasileira um novo significado geopolítico que interessa não apenas ao Brasil e aos Estados vizinhos, que detêm direitos soberanos sobre porções da Amazônia dentro de seus territórios, mas também aos Estados, comunidades e indivíduos cujos interesses podem ser afetados pelas consequências climáticas decorrentes de ações que geram impactos sociais, econômicos e políticos, evidenciando a importância de uma governança global climática.

A competição por recursos naturais, o estresse hídrico, a insegurança alimentar, as dependências energéticas, as novas ondas migratórias e a elevação dos níveis do mar são exemplos de ameaças à paz social e à soberania territorial de diversos países que têm relação e podem ser agravados pela crise climática. Enquanto o clima não está sujeito a limites territoriais, as nações precisam enfrentar os desafios de escala planetária em suas localidades.

Diante deste contexto, o primeiro webinar do Ciclo Soberania e Clima em debate buscou responder às seguintes questões:

Quais prioridades mobilizam os objetivos nas perspectivas do clima e da soberania? Como se posicionar geopoliticamente num tabuleiro de interesses repletos de agendas nacionais?

Como construir convergências para aproveitar a posição privilegiada do país e não desperdiçar nossas oportunidades, nossos recursos e nossa prosperidade?

Como garantir a liderança brasileira na política global do clima?

RELATÓRIO DE WEBINAR

O que o Brasil vê como oportunidades e desafios para a agenda da Soberania e do Clima?

16 de Agosto de 2022

ABERTURA

Sérgio Etchegoyen. Bom dia a todos que nos acompanham em mais uma iniciativa do Centro Soberania e Clima. E hoje nós temos o enorme prazer de ter conosco a professora Ana Flávia Barros, que é professora associada do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e colaboradora da Escola Superior de Defesa. Muito bem-vinda, professora.

Conosco também o professor Raoni Rajão, professor associado de gestão ambiental no Instituto Sociais de Ciência e Tecnologia no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais, e atualmente pesquisador convidado no Wilson Center, em Washington DC.

Nós temos aqui, então, dois painelistas extremamente qualificados, aos quais eu agradeço antecipadamente o tempo e o conhecimento com que vão nos presentear no dia de hoje, para tratar de um tema que vem sendo bastante discutido e vem tomando importância grande no cenário internacional, que são as oportunidades e desafios para a agenda de soberania e clima, da perspectiva brasileira.

E esse tema vem sendo particularmente discutido e vem tomando importância, repito, pelas circunstâncias e pelo cenário internacional: a guerra, o estresse hídrico, as migrações, a redução da produção, as consequências da invasão russa na Ucrânia sobre a produção de grãos, tão importante para o mundo, a crise energética, as novas posições de Estados tradicionalmente preservacionistas, e hoje tomando novas posições para defender, proteger ou manter, de alguma maneira, o mínimo de capacidade produtiva e de conforto ao seu povo.

Tudo isso num mundo em que o Brasil é uma potência, num tema em que o Brasil é, inegavelmente, uma das duas ou três potências mundiais, que é na diversidade ambiental, na preservação, na amplidão do nosso recurso natural, e a necessidade que temos de preservá-lo, ao mesmo tempo a necessidade que temos de preservá-lo segundo os nossos interesses e segundo os interesses da humanidade. Obviamente nós temos uma responsabilidade global, mas temos também a responsabilidade com as próximas gerações de brasileiros: como encontrar o ponto de convergência? Onde está o ponto médio, de confluência entre a preservação, das decisões de acordo com os nossos interesses soberanos e a necessidade incontornável de preservação e de busca de energias limpas, e de continuar produzindo?

Além da diversidade — e para terminar — nós temos a responsabilidade de alimentar boa parte da população mundial. Boa parte da população mundial depende da produção agrícola do Brasil para se alimentar. Quando a produção agrícola se reduz na Europa Central, por conta da guerra, nossa responsabilidade aumenta. Produzir a competência do agronegócio que a gente tem na produção de alimentos já deixou de ser, muito além de hoje, um motivo de comemoração e de orgulho para nós; ela passou a ter uma responsabilidade enorme porque a gente tem consciência do quanto a hu-

manidade hoje depende da nossa produção. É nesse cenário, nessas circunstâncias, que eu agradeço mais uma vez os nossos dois palestrantes, e para não perdermos tempo, vamos passar a palavra à professora Ana Flávia Barros, para ouvir as suas primeiras considerações.

APRESENTAÇÕES

Ana Flávia. Muito obrigada, general Etchegoyen. Bom dia a todos e a todas. Gostaria também de saudar o meu colega, Raoni Rajão. É uma grande felicidade estar aqui mais uma vez discutindo uma questão extremamente importante e vital para a humanidade, que é a agenda do clima. Uma das principais agendas para o futuro, um desafio de escala planetária, e o Brasil, sem dúvida alguma, é um *global player*, tem um papel extremamente relevante na construção das soluções possíveis. Se nós pensarmos, eu e o Raoni muito provavelmente estudamos a vida inteira a mesma narrativa: o Brasil recebendo críticas e pressões internacionais sobre a gestão dos seus recursos ambientais, mais especificamente da floresta, e mais especificamente ainda, o mito da Floresta Amazônica. Nós podemos, então, pensar: é possível construir outra narrativa, é possível sair dessa história cansativa, problemática e que destrói a nossa imagem internacional, ameaça a nossa soberania, atrapalha outras negociações comerciais, humanitárias, direitos humanos, tecnológicas e científicas?

Eu acho que sim. E partindo da pergunta de como seria possível fortalecer a nossa soberania, eu gostaria de começar dizendo tudo que eu acabei de mencionar é parcialmente falso — é uma falsa verdade, um falso debate. O nosso problema é muito mais amplo. Começa com o modelo de desenvolvimento brasileiro, que é predatório, que aumenta a desigualdade social, que é criminoso muitas vezes, e várias mazelas que o Brasil tem há muitas décadas e nós não conseguimos resolver. Então, se nós pensarmos em termos de soberania reforçada de dentro para fora, a agenda doméstica brasileira é extremamente importante e central nesse debate — eu não vou focar nela por uma questão de tempo.

Eu sou professora de Relações Internacionais, então eu vou partir de uma perspectiva de riscos globais, e tentar mostrar como as políticas públicas brasileiras não respondem, de forma alguma, a essa agenda do século 21 de riscos globais, que eu gosto de chamar de geopolítica do antropoceno, que tem duas implicações:

A primeira implicação é a sua imprevisibilidade, a sua velocidade, profundidade, densidade, muitos eventos acontecendo ao mesmo tempo e extremamente complexos e conectados.

E a segunda parte é que essa agenda geopolítica do antropoceno nos obriga a pensarmos no nosso fracasso institucional em escala planetária, e agora nós temos menos tempo e a obrigação de fazer mais, tendo conhecimento científico disponível, mas sendo incapazes de mudar as dinâmicas institucionais.

Então nós temos um fracasso de resposta política em escala planetária, que é claramente estabelecido em vários relatórios — cito apenas um, do *World Economic Forum*, que é algo que nós normalmente não estudamos e deveríamos ler com mais cuidado, porque os sinais de alerta ali são muito claros e estão muito bem-feitos. Partimos de um conceito bem acadêmico, bem teórico, mas que eu gosto muito, de diplomacia estratégica. Na verdade, esse conceito foi desenvolvido pelos professores Jochen Prantl e Evelyn Goh, da *Australian National University*¹. O conceito de diplomacia estratégica me parece extremamente útil para esse debate, porque ele une grandes instituições de um Estado qualquer em torno do conceito de interesse nacional — *Statecraft* — e ele une, principalmente, grandes instituições. Vou focar só em duas aqui, pelo perfil do evento: diplomacia e Forças Armadas — estratégia e diplomacia, juntos, são quem pensam, de diferentes perspectivas, o mesmo problema, em nome do interesse nacional, em nome da defesa da soberania e da inserção internacional do Brasil em agendas extremamente complexas, como é a agenda do clima.

Quando eu falo complexas, implica dizer que o clima não é uma agenda ambiental, ela é uma agenda gigantesca — energética, tecnológica, geopolítica e vários outros desdobramentos, e de justiça social, evidentemente. Está baseada num outro conceito teórico de complexo de regimes,

1. O trabalho citado no evento é: *Strategic Diplomacy: Rethinking Strategy and Statecraft for the 21st Century of Complexity*, escrito por Jochen Prantl e Evelyn Goh, ambos da *Australian National University*. Disponível em: <https://www.strategicdiplomacy.net/>

que posso desenvolver depois se alguém tiver interesse. Esse conceito de diplomacia estratégica, além de ser muito útil para o século 21 e para o que vem à frente, a partir dos alertas de relatórios como o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (*IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change*) e da comunidade científica de uma forma geral — e brasileira, em particular — esse conceito tem três pontos.

O primeiro ponto são os *tipping points*, que são os pontos dos eventos importantes, das crises, das questões que realmente podem mudar ou não as dinâmicas do sistema internacional. Eu colocaria, como *tipping points*, três ou quatro crises: a crise da Covid, evidentemente, a pandemia, que destruiu a confiança no sistema multilateral; a crise climática, que é o que nos interessa aqui; e a crise na Ucrânia, a crise na Europa, que nos coloca mais uma vez em alerta sobre como as grandes potências se comportarão em caso de algum evento climático extremo ou de algum acidente catastrófico, algum colapso. Mas é importante, que pode ser cada vez mais problemático no sentido de que os conhecimentos científicos mostram — a NASA e várias outras comunidades científicas mostram — que o derretimento das calotas polares, por exemplo, vai causar danos que são irreversíveis e incontrolláveis para grande parte da população mundial: Então, *tipping points*, crises de uma forma geral ligadas principalmente aos eventos climáticos extremos.

O segundo ponto são os pontos de chegada: qual o objetivo para o Brasil? Eu diria que o objetivo do Brasil é uma estabilidade climática, manter a soberania reforçada, que é isso que estamos discutindo aqui. Dois objetivos que podemos sintetizar em defesa do interesse nacional.

E eu passo para o terceiro ponto, para terminar, que são os pontos de entrada: o que devemos fazer e por onde começar? Do ponto de vista doméstico, eu penso que falta um grande plano, um plano que conecte toda a rede política — *policy networks* — todos os atores envolvidos, principalmente do setor público mas sem excluir o setor privado — deve ser liderado pelo setor público, porque estamos falando de políticas públicas e de soberania e interesse nacional — com foco na questão da segurança com duas aberturas: segurança alimentar, como o general mencionou aqui no início, e segurança energética, haja vista que a nossa matriz energética é limpa mas é frágil e não responde aos desafios do futuro. Essas duas agendas de segurança estão diretamente ameaçadas por eventos climáticos extremos.

E, por último, para terminar, gostaria de falar também da parte multilateral, que seria a construção de parcerias estratégicas, parcerias de fato — parcerias verdadeiras: quem são os países com quem o Brasil tem que negociar? Com quem o Brasil tem que se unir?

No passado, nós tivemos várias alianças efêmeras, vários grupos negociadores. Posso mencionar dois: um foi o BASIC² no âmbito da negociação dos Acordos de Copenhague, na COP 15, e que deu lugar a um acordo político que considero extremamente importante, mesmo que não tenha sido um *agreement* seguindo o protocolo da ONU — um acordo político é um primeiro passo, e ele mostrou que tinha um acordo gigantesco, por isso que não foi possível ter um acordo multilateral sob a égide da ONU, em Copenhague — e a segunda organização que está em formação agora é uma coalizão de alta ambição.

Pelo que eu entendo, o Brasil participa pouco dessa coalizão, e cabe pensar então se o Brasil está fora dela, por que está fora dela e qual a alternativa — nós temos que pensar em construir um plano estratégico que permita, ao Brasil, defender os seus interesses junto com seus aliados, e defender pautas específicas de agenda que nos são extremamente caras, principalmente no que concerne à segurança alimentar, como o general mencionou, e no contexto da invasão russa contra a Ucrânia, fica muito claro que o Brasil é um ator central para a agenda de segurança alimentar. Logo, nós temos direito a ter uma capacidade de interlocução muito maior na agenda do clima do que eu penso que nós temos atualmente. Eu termino aqui. Muito obrigada, e fico esperando as perguntas.

Sérgio. Muito obrigado, professora. Ótima a sua abordagem, muito interessante, provocativa e carregada de muita informação. Vamos lá, professor Raoni Rajão, que volta a um dos nossos webinars. Mais uma vez, obrigado, a palavra é sua.

2. BASIC é o acrônimo referente ao bloco formado por Brasil, África do Sul, Índia e China, em 28 de novembro de 2009.

Raoni. Muito obrigado, General Etchegoyen. Gostaria de fazer uma pequena abertura mais conceitual, porque estamos falando de dois temas centrais: um, a questão ambiental/climática, e o outro, a questão da soberania, e eu acho que vale retornar ao conceito.

Existem várias conceitualizações de soberania, mas uma que eu gosto é do Miguel Reale que fala que soberania é o poder que tem uma ação de organizar-se — ou o Estado de organizar-se — livremente e fazer valer, dentro do seu território, a universalidade das suas decisões para a realização do bem comum. E gostaria aqui de enfatizar dois elementos: o livremente e o bem comum. O livremente por quê? Um Estado tem que ser capaz de conseguir se auto-organizar e fazer valer a sua vontade livremente, se opondo então a ameaças internas — ou seja, o crime organizado, por exemplo, ações que vão contra o que é desejado pelo próprio funcionamento do Estado — e ameaças externas, por exemplo, pressões internacionais que podem ser desde mais indiretas até mais diretas, como ações militares, como estamos vendo hoje, por exemplo, na Ucrânia. Então, essa questão da liberdade de ação do Estado é muito importante.

E tem outro elemento, que é o bem comum. É importante enfatizar isso, que ser livre com relação ao próprio território não é ser livre para destruir o território, não é ser livre pra poder, inclusive, piorar a qualidade de vida e qualidade ambiental do território; é ser livre para realizar o bem comum, lembrando sempre que o Estado nada mais é do que a consolidação da vontade popular. Então, o Estado não está lá para poder atender o interesse dos grupos políticos que dominam o Estado, mas eles são somente representantes dessa vontade coletiva. E por isso que o conceito de interesse nacional de longo prazo é muito importante quando se fala de bem comum, ou seja, é algo que se opõe ao interesse, normalmente, de grupos específicos e no curto prazo.

É possível, de certa forma, articular esse problema, que é um problema de duas dimensões, soberania e meio ambiente. É um problema de soberania interna, que é a capacidade do Estado de impor o Estado Democrático de Direito dentro do próprio território, e que é um desafio em particular que estamos vendo, principalmente na Amazônia; e um problema de soberania externa, que é a capacidade do Estado agir de modo autônomo e representar a sua vontade perante as outras entidades soberanas e resistir à influência dessas outras entidades quando, inclusive, essa influência vai contra o interesse nacional. Algo que é importante enfatizar: não é só porque, por exemplo, você tem alguém pressionando o Brasil para poder ter uma melhor educação que nós vamos ser contra uma melhor educação. Se existe um debate internacional, uma pressão internacional em algo que é alinhado com o interesse nacional, não tem por que resistir àquilo. Pelo contrário: aquilo se torna um apoio de uma agenda comum.

Então, é importante também separar esses dois elementos, porque às vezes eles são confundidos. Daí que nós temos o seguinte desafio e a seguinte oportunidade. O desafio que eu gostaria de ressaltar é, principalmente, para a soberania interna, porque, colocado de maneira resumida, eu entendo que precisamos — e esse grupo que fazemos parte, e o próprio Centro Soberania e Clima tem um papel importantíssimo nesse processo — enriquecer, aprofundar o debate sobre a relação entre soberania e questões ambientais, porque historicamente — digo isso principalmente nas últimas três décadas — tivemos um nível muito superficial desse debate, e com uma preocupação que, de um lado, é legítima, porque uma preocupação com a soberania é sempre legítima, mas muitas vezes trazida de maneira desinformada e superficial que acaba, indiretamente, contribuindo para um enfraquecimento da nossa soberania interna, porque ao se opor, de maneira desarticulada, de maneira simplificada, ao tema ambiental, ao tema climático de maneira geral, você acaba fortalecendo aqueles grupos que querem avançar com a destruição ambiental, mesmo ela indo contra o interesse nacional de longo prazo.

E com relação a essa desinformação, gostaria só de talvez ressaltar alguns temas que são muitas vezes citados quando se fala de soberania e Amazônia e questões ambientais. Por exemplo, a questão da cobiça internacional em relação aos recursos minerais. Existe uma desinformação muito grande sobre o tema. Por quê? Para começar, é preciso lembrar que até 1967, o Brasil tinha uma legislação mineral extremamente estatizante, um controle muito rígido sobre as empresas que entravam no Brasil. Inclusive, um dos focos de embate entre a elite econômica internacional e o governo João Goulart, que contribuiu para a queda do governo, foi exatamente a estatização que o João Goulart fez de uma empresa americana de mineração, porque ela estava desrespeitando a legislação brasileira. E aí nós temos, a partir de 1967, uma legislação muito mais permissiva, onde

bastava um grupo internacional vir ao Brasil fazer uns investimentos e, com isso, ser oficialmente reconhecido. Ou seja, você tem ali uma abertura na verdade. E que isso é importante, inclusive, ressaltar, porque pensando em possibilidades, o que é menos custoso: provocar uma invasão territorial para poder explorar um recurso mineral ou fazer um investimento direto, inclusive sendo elogiado por todos os governos? Porque um dos consensos que nós temos no Brasil pós-1964, em todos os governos, é a importância do investimento estrangeiro direto. É claro que com algumas ponderações, mas isso é algo que sempre esteve muito aberto.

Outro elemento que existe uma certa desinformação ligada a isso é a própria criação de unidades de conservação em terras indígenas e a própria RENCA (Reserva Nacional de Cobre e Associados). O curioso é que quando a gente olha de maneira mais detalhada — primeiro, vendo que, durante o regime militar, foram criados 13 milhões de hectares de unidades de conservação de terras indígenas... ou seja, você tinha uma área criada muito pequena nos anos anteriores, e nesse período, você tem uma explosão e um aumento muito grande na proteção, e isso se dá porque toda a unidade de conservação, toda floresta nacional e toda terra indígena dá a possibilidade — inclusive é algo que está sendo debatido hoje — de exploração mineral, porém com controle direto do Estado.

O Estado, sim, queria manter um controle sobre esses recursos, e a forma de federalizar e manter esse controle era com a criação de unidades de conservação; enquanto hoje nós temos uma narrativa que coloca toda a dimensão ambiental, inclusive de criação de unidades de conservação, como uma imposição externa, sendo que originalmente não era assim. Outro tema que muitas vezes gera um pouco de confusão: essa ideia de que o Brasil tenha excesso de conservação, que tem 60% do território enquanto vegetação nativa, só tem 30% com uso agropecuário, que, na verdade, é um percentual dentro da média mundial, não existe nada muito excepcional com relação a isso, ainda mais porque esse número é mais um resultado do fato de que nós tivemos um processo de colonização tardio no Norte do Brasil, e faz com que, hoje, a Amazônia — 80% dela — esteja presente.

Agora, se você olhar o perfil de uso da terra de um estado como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, é como França, Alemanha, até mesmo algumas regiões mais desmatadas, com 70, 80% da área já convertida. E, por exemplo, os Estados Unidos, curiosamente, têm um maior percentual da sua floresta original conservada hoje ainda como floresta do que o Brasil, até porque, nos últimos 200 anos, a Europa — e um pouco antes, nos últimos 100 anos, os Estados Unidos — já são países chamados de transição florestal. A China também já está nessa etapa, onde a área florestal começou a crescer e não diminuir, enquanto a produção agrícola aumentou em quase dez vezes. Existe já um consenso muito grande e histórico que, a partir de um certo momento e um certo grau de desenvolvimento, essa curva passa a ser invertida.

E, finalmente, é importante nós tocarmos no tema e enfatizarmos como a preocupação com o desmatamento e clima não é uma agenda exógena, não é algo imposto, não é algo recente; é algo, inclusive, histórico e que faz parte da formação do Brasil. Agora, para os 200 anos da independência do Brasil, eu escrevi um capítulo de livro que vai ser publicado pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que trata de como José Bonifácio, o patriarca da nossa independência, uma figura símbolo e importantíssima até hoje, tinha, como uma das suas preocupações principais, além da questão da escravidão de um lado, a modernização da agropecuária. E a modernização da agropecuária passava, necessariamente, pelo controle do desmatamento, um desmatamento predatório. José Bonifácio, em 1800, já falava dessa agricultura predatória que estaria destruindo o futuro do país, inclusive atrapalhando o clima, prejudicando as chuvas. Isso é algo que vemos de maneira muito clara na constituição do Código de 1965, que já estabelece que metade das propriedades rurais na Amazônia precisam ser protegidas. Você tem ali todo um histórico — até mesmo o Sisnama, o Sistema Nacional do Meio Ambiente, o Conama, ambos do regime militar. Em 1974, você tem a Secretaria Especial de Meio Ambiente. Você tem ali toda uma semente da agenda e da política ambiental brasileiras que nasce durante um período — durante o regime militar — e que, hoje, muitas vezes, é visto como algo exclusivamente de um lado do espectro político, e que é uma conclusão absurda, porque da mesma forma que educação, saúde e defesa precisam ser agendas absolutamente transversais e interesses de Estado, a questão ambiental é algo transversal, algo de Estado, não é algo que precise e deva ser relacionado de um lado e do outro.

É claro que, dentro disso, precisamos reconhecer que existem ameaças, sim — existem ameaças externas, sim; existem interesses que não são os interesses nacionais e que se impõem ao Brasil

— mas eles são muito sutis, são muito mais complexos. Por exemplo, há a própria competição internacional para atração de investimentos, e que o Brasil está perdendo.

O Brasil tem um privilégio muito grande com relação à agricultura, que é a capacidade de produzir duas culturas numa mesma área sem irrigação — nenhum país do mundo consegue fazer isso em larga escala — e que, inclusive, é uma capacidade que estamos perdendo por conta do desmatamento. Agora, com relação à logística, nós somos péssimos; com relação à atração de investimento, nós somos péssimos, temos um dos maiores juros do mundo. Está custando dezenas de bilhões de reais para reduzir um pouco o custo do financiamento das nossas culturas através do Plano Safra, mas isso nem se compara com a taxa de juros praticada, por exemplo, para os fazendeiros na Europa, nos Estados Unidos, etc. E nós só vamos conseguir avançar nisso quando conseguirmos atrair e convencer o mercado internacional, o mercado financeiro, que o Brasil tem uma boa marca. Então, isso também é um desafio muito grande.

Outro elemento também é a importância de seguir, de maneira mais pormenorizada — e isso, o Itamaraty faz de maneira muito positiva, apesar de algumas vezes sofrer com influências do governo da vez — que é o processo de construção desse novo ordenamento econômico internacional que está surgindo com os acordos climáticos. É inegável que o Acordo de Paris tem influência econômica e influência na forma com que os países vão se desenvolver no longo prazo, porque o carbono passa a ser algo central nesse processo, e existe uma série de regras extremamente complexas, extremamente sutis, e que o Brasil precisa estar acompanhando, inclusive do ponto de vista de defesa e soberania, esse tema. Um exemplo disso é que, num dos vazamentos de inteligência dos últimos anos — foram uma série de arquivos, aquele que inclusive tinha a informação que um país estrangeiro estava monitorando o Presidente da República — tinha também, naquele pacote, a informação de como um desses países do Norte estava espionando ligações telefônicas para poder mapear as posições durante o processo de negociação do Acordo de Paris. Ou seja, esse tipo de monitoramento, muitas vezes, acaba confundindo o processo, e você tem, muitas vezes, uma preocupação muito grande com o corredor triplo A, que é algo que absolutamente não tem nada a ver com negociação de clima, não tem nada a ver com o que está sendo discutido, ali é uma proposta de uma ONG, algo isolado, enquanto preocupações essenciais, de longo prazo, que tem impacto mas que são muito mais completas, acabam sendo ignoradas. Então, é necessário você perceber a existência dessas ameaças externas, mas entendê-las de maneira mais sutil, de maneira mais detalhada, de maneira mais engajada.

E com relação às oportunidades para fortalecer a nossa soberania externa — que é exatamente essa relação que o Brasil faz com outras entidades soberanas, com outros países. Eu acho que, para avançar nesse fortalecimento, precisamos reconhecer — algo também citado pela professora Ana Flávia — que o que existe, na verdade, não é uma contradição entre soberania externa e agenda ambiental, mas uma sinergia. E isso, inclusive, é uma excepcionalidade do Brasil, porque o Brasil é uma das poucas grandes potências que, ao reduzir as emissões de gases de efeito estufa — no caso do Brasil, 70% está ligado ao desmatamento — você tem, na verdade, um ganho de produção, e não uma redução da produção. Um estudo que nós publicamos recentemente no *Nature Climate Change*³, fizemos uma circulação olhando a porção sul do bioma Amazônia em 2050, primeiro, mantendo altas taxas de desmatamento, e depois vimos a produção econômica total vinculada das novas áreas convertidas — ou seja, áreas que são floresta hoje e que, amanhã, poderiam ser só soja, gado, etc. E também a produção de todas as outras áreas, visto que esse desmatamento influencia localmente no regime de chuvas, com um cenário de desmatamento controlado. E no cenário de desmatamento controlado, apesar de ter menos áreas empregadas no cultivo agrícola, a produção total é maior. Então, nós temos uma solução que, na verdade, é contraditória: menos áreas novas empregadas para a agricultura significam mais produção para toda a agricultura, e isso, infelizmente, é algo que é uma demanda internacional, uma pressão internacional, mas que, ao alcançar esse objetivo, temos dois ganhos: fortalecemos a soberania interna, o controle sobre o território, aumentamos a produção — ou pelo menos conseguimos manter perante as mudanças climáticas — e, ao mesmo tempo, temos um *soft power*, um capital político que vem com isso que é enorme.

3. O estudo mencionado pelo professor é Leite-Filho, A.T., Soares-Filho, B.S., Davis, J.L. et al. *Deforestation reduces rainfall and agricultural revenues in the Brazilian Amazon*. *Nat Commun* 12, 2591 (2021), e está disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-021-22840-7> acesso em 20 de outubro de 2022.

Nós não podemos esquecer que o Brasil, comparado com China, Rússia, Estados Unidos, Europa, é economicamente pequeno. Ele tem uma importância maior com relação à agricultura, mas, no geral, é um país pequeno economicamente. Agora ele tem o privilégio de abarcar mais da metade da bacia amazônica. E a Amazônia é um símbolo global, pessoas do mundo inteiro têm uma relação afetiva com a Amazônia como um brasileiro tem com a Mona Lisa, com uma obra do Da Vinci. Ela é também algo culturalmente relevante. E o que significa? Que a destruição da Amazônia tem um impacto desproporcional nos debates internacionais — então, por exemplo, enquanto o Brasil só emite 3% das emissões de gases de efeito estufa do mundo, parece que é muito mais quando se trata de Amazônia por causa desse aspecto simbólico. Agora, por outro lado, quando conseguimos reduzir e controlar o desmatamento na Amazônia, a capacidade de nos apresentar como grandes protetores de algo de interesse internacional enquanto símbolo tem um peso muito grande também, que permite que o Brasil possa avançar em uma série de outras agendas, quem sabe, inclusive, a entrada do Brasil no Conselho de Segurança.

Ou seja, você tem a possibilidade de, com algo, ter um ganho — inclusive um capital — muito maior, que pode ser revertido em vários outros temas. E, para terminar, vou trazer dois exemplos muito rápidos de como isso já está acontecendo. Um é o exemplo da China, que era o grande vilão ambiental, inclusive com uma posição muito dura, muito intransigente em temas climáticos, mas que, nos últimos dez anos, mudou radicalmente a sua posição, tanto é que eles têm, rapidamente, feito uma transição energética — eles reduziram, em sete anos, a poluição de ar em 40%, e os Estados Unidos demoraram 30 anos para poder reduzir a poluição do ar em 40%. Eles estão reflorestando um terço do país, que é a chamada *great green wall*. Eles estão realmente, de maneira muito agressiva e muito rápida se reposicionando, o que está se transformando num grande cala-a-boca, para poder colocar numa linguagem informal, quando existem pressões internacionais com relação à China nesse tema.

E um outro aspecto importante é a liderança europeia no tema ambiental. O que é a Europa? A Europa é um bloco econômico envelhecido, que não está tendo ganhos de produtividade como outras regiões do mundo têm e que precisava encontrar um nicho para poder estabelecer e ter sua relação geopolítica fortalecida, até para poder justificar a própria União Europeia. E o tema ambiental, o tema climático, tornou-se isso, inclusive possibilitando uma liderança alemã no contexto pós-guerra. A gente tem que lembrar que falar de liderança alemã, até a década de 1980, era quase que um tabu, traz traumas muito fortes. Tanto é que não é coincidência que a Ministra do Meio Ambiente na década de 1990, que liderou o processo que criou o Protocolo de Kyoto, tornou-se uma das maiores lideranças globais: Angela Merkel. A Angela Merkel é especialista e doutora em energia nuclear, Ministra do Meio Ambiente, liderou as negociações de clima e se tornou uma das grandes articuladoras da geopolítica do mundo, tanto é que essa invasão da Ucrânia provavelmente não teria acontecido caso a Angela Merkel continuasse tendo a liderança que teve e a sua capacidade de interlocução e a sua capacidade de utilizar esse capital político também por causa do tema da mudança climática, para poder reafirmar a importância da ligação desses dois temas. Então, é isso, agradeço pela atenção e estamos abertos para poder avançar no debate. Muito obrigado.

DEBATES

Sérgio. Obrigado, professor Raoni. Excelente a sua apresentação, como sempre, e também bastante provocativa. Vamos começar com duas perguntas. Nós temos aqui uma pergunta feita por Ranilson Reis, que nos assiste pelo YouTube:

“Com a intensificação do discurso internacional em defesa da luta contra as mudanças climáticas, em especial do G7, quais as ameaças reais à soberania que o Brasil, a médio e longo prazo, enfrentará?”

Eu começaria dizendo que, nas relações internacionais, há interesses, agendas, ameaças, e o Brasil sempre sofreu ameaças desde que eu estudo relações internacionais — e faz muito tempo. O Brasil tem uma imagem muito negativa com relação à conservação da Amazônia, que oscila de muito negativa para boa, mas ela nunca foi excelente. Então, existem diferentes tipos de ameaças que precisam ser estudados com bastante cuidado.

Como o professor Raoni colocou, tem toda uma espécie de consciência coletiva, construída por meio de narrativas — muitas vezes alarmistas e exageradas, desde décadas atrás — no que con-

cerne às políticas brasileiras sobre conservação ambiental, gestão de recursos ambientais de uma forma geral e, mais especificamente, da Amazônia. Veja que nós estamos aqui cometendo o mesmo problema, o mesmo crime: nós estamos falando de Amazônia, mas o tema é clima, então é muito mais amplo do que Amazônia, nós não podemos esquecer os outros biomas, como o Cerrado, o desmatamento no Cerrado, estresse hídrico, processo de desertificação, são várias agendas domésticas que impactam diretamente comunidades locais de forma gravíssima e seríssima.

Do ponto de vista das ameaças, a primeira ameaça acho que ela é de narrativa, da mídia, ela é política e diplomática, é uma narrativa que tem, por objetivo, denunciar os problemas que o Brasil tem, erros políticos, falas radicais e, na minha opinião, erros de cálculo político da parte do Brasil — em períodos diferentes, com altos e baixos, isso não é um processo linear e não é simples para discutir aqui em dois minutos. A primeira ameaça é essa. E por que ela é a mais importante, na minha opinião? Porque esses mesmos países que ameaçam o Brasil são os nossos parceiros estratégicos em diferentes setores: militar, principalmente; tecnologias sensíveis, ciência de uma forma geral — satélites, energia nuclear, etc. São financiadores de grandes programas e projetos brasileiros nas principais universidades federais, e são parceiros estratégicos do Brasil em outras agendas que concernem comércio, propriedade intelectual, telecomunicações, 5G, etc. Então, nós temos, na verdade, uma arena internacional que é extremamente complexa, e nós recebemos — eu nem chamaria de ameaças — mas recebemos ameaças de parar financiamento, suspender financiamento, suspender programas e projetos, e isso é um tipo de ameaça, mas elas não são verdadeiras ameaças. Acho que uma ameaça seria alguém, no futuro — como já teve no passado — tentar criar algum tipo de movimento internacional para uma gestão internacional da Amazônia ou algo assim. Nós tivemos, mas são pessoas irrelevantes, iniciativas que não tiveram impacto algum na Europa e não podem ser levadas a sério porque são narrativas políticas.

Nós poderemos ter ameaças no futuro, de motivo de invasão militar armada da Amazônia? Sim. É pouco provável? Na minha opinião, pouco provável, mas também achávamos que a invasão russa na Ucrânia era pouco provável e aconteceu. Então, nas relações internacionais, como eu disse, temos que expandir, e nós não podemos confiar na boa fé de ninguém porque se, no futuro, houver uma crise muito forte, um colapso ambiental gigantesco, as potências vão procurar os espaços que ainda são habitáveis. A Antártica é um continente, mas não podemos esquecer — e tem que estar no radar geopolítico brasileiro sempre — que, por que não, outras partes dos países que ainda são habitáveis ou pouco explorados pela humanidade de uma forma geral. Tudo que concerne à diplomacia e comércio, pensando um pouco também no acordo interblocos entre a União Europeia e o Mercosul, que tem sofrido desdobramentos que não são surpresas para ninguém — nós sabíamos que isso ia acontecer — na diplomacia, o mundo dá muitas voltas, então essas mesmas potências que, hoje, criticam o Brasil, ameaçam e suspendem financiamento, são as mesmas que financiaram vários programas e projetos — e, inclusive, ajuda essencial ao atual governo na época da pandemia.

Então, vejam bem: esse tipo de ameaça, pressão ou influência — ou até demanda — de mudança de política, por exemplo: “se o Brasil não melhorar essa política ambiental, eu não apoio a aproximação do Brasil com a OCDE” ou algo nesse sentido, essa é uma agenda para o momento, e pode ser que, daqui a poucos meses, poucos anos, ela mude completamente.

O que eu quis dizer quando falo de parcerias estratégicas é exatamente nesse sentido: o Brasil precisa ter um plano conectando os atores domésticos para enfrentamento de riscos globais, com a grande agenda de segurança alimentar e segurança energética — eu não vejo isso em Brasília, não sei se existe, eu desconheço, mas acho que o caminho é esse — e, a partir daí, procurar quem são os verdadeiros parceiros estratégicos para responder a essas ameaças e pleitos, porque faz parte do jogo político. O Brasil não vai deixar de ser alvo de pressão internacional, como o professor colocou: a Amazônia está no coração de todos, e no nosso em primeiro lugar. Então, temos que, a partir daí, construir uma agenda de cooperação capitaneada pelo Brasil, e nós temos certeza que nós temos capacidade diplomática para fazer isso. Obrigada.

Raoni. Como primeiro ponto, eu gostaria de falar algo que vai contra o senso comum. A meu ver, um dos setores mais ameaçados — a longo prazo — por esse tipo de pressão internacional dinâmica que estamos vendo é o próprio agronegócio. O agronegócio hoje, do Brasil, não é competitivo. Repito: o agronegócio do Brasil, hoje, não é competitivo. Por que não é competitivo? Competição é quando

você tem, no mercado, duas opções, e aí o seu produto, a sua marca, a sua imagem, faz com que o comprador prefira pagar para você do que para o seu concorrente. Hoje, no Brasil — ou melhor, no mundo — não existe concorrência para os produtos brasileiros porque, hoje, o único país do mundo que está conseguindo aumentar a produção para poder atender à demanda adicional — ou seja, uma demanda que não existia há cinco anos atrás — vinda principalmente da China, e agora vinda por causa do gap de produção deixado pela Ucrânia, é o Brasil. E o que aconteceu, principalmente nos anos recentes, é que criou-se uma falsa sensação de que o mundo vai continuar comprando do Brasil, independente do que aconteça e independente do nível de desmatamento, porque enquanto a preocupação e a crítica internacional — inclusive dos compradores — aumentou com relação ao Brasil, as compras também aumentaram, mas isso se deu por causa de uma excepcionalidade.

Primeiro, porque logo em 2018, tivemos a febre suína, que eliminou 50% do rebanho suíno da China, sendo que os suínos são a principal fonte de proteína na alimentação chinesa. Isso fez com que houvesse uma demanda excepcional de carne bovina do Brasil na direção da China, uma exportação significativa que não existia e que veio exatamente para poder atender esse critério. E o aumento na compra de grãos para poder refazer o rebanho, porque você precisa crescer as matrizes, são aqueles grandes animais, mas que é temporário. Tanto é que agora, recentemente, a China começou a encontrar problemas sanitários em várias das nossas plantas exportadoras de carne bovina — então, uma medida, para quem entende de mercado, claramente voltada para poder controlar os preços de carne suína dentro da China, que está concorrendo com a carne bovina brasileira, e ao fazer isso, inclusive, o preço da carne suína, nacionalmente, deles, aumentou, mas não aumentou demais, e depois eles reabriram o mercado. Ou seja, eles utilizam desse processo para poder controlar o custo. E agora a guerra na Ucrânia — e também, nesse meio-tempo, a Covid.

Estabilizada a questão da Europa Central — que nós não sabemos quando vai acontecer, mas existe ali certamente um interesse muito grande da Rússia de assumir as áreas na Ucrânia de produção agrícola, que inclusive são das áreas mais produtivas, os solos mais produtivos do mundo e que estão se tornando ainda mais produtivos por causa do aquecimento global, sendo que a Rússia tem uma capacidade enorme de produção de fertilizantes, grande parte disso é exportado, e agora não vai precisar exportar tanto porque eles vão conseguir utilizar dentro dos territórios, pensando numa vitória da Rússia pelo menos no Leste e no Sul da Ucrânia. Essa produção adicional, principalmente de girassol, que compete com a nossa soja, mas também sogo e outras proteínas vegetais, vão competir de maneira direta com a soja brasileira. E para quem? Para um parceiro estratégico da Rússia, que é a China. E do outro lado — que é do lado ocidental — o Brasil está com uma dificuldade muito grande de conseguir atrair investimentos e garantir mercados, exatamente por causa da dimensão ambiental. Tanto é que, hoje, nesse embate da política de desmatamento zero, que a União Europeia busca avançar, seja o governo, seja o setor agrícola brasileiro, está muito resistente às demandas europeias, mas significa o quê? Que a partir do momento que houver espaço de mercado, a Europa pode basicamente fazer um acordo e comprar só soja dos Estados Unidos, e isso vai significar o quê? Maior dependência ainda do Brasil com relação à China, que está vinculada à Rússia. Ou seja, você tem todo um rearranjo climático, agrícola e geopolítico acontecendo, e que precisamos nos atentar, porque é uma ameaça muito grande ao desenvolvimento econômico a longo prazo do Brasil. Mas o setor do agro, em particular, é tão cego, porque é voltado só para o ano, para o ganho, para a perda, para a safra, que não é capaz de ver como, por exemplo, a China que, inclusive, já declarou, no plano de cinco anos deles, que uma das prioridades da China é a soberania alimentar.

A China está aumentando fortemente a produção de soja e milho no território dela. Então, existe uma série de movimentações. Depois a gente vê, talvez, um efeito mais de longo prazo, que eu entendo não tanto com relação a uma ameaça territorial, até porque, no mundo de mudança climática, a temperatura média da região Norte do Brasil vai estar muito alta, além de você ter uma interferência no padrão de chuvas, hoje não temos tecnologia, não temos semente de soja, não temos uma genética da soja que consiga aguentar o clima futuro que se projeta para a Amazônia com as mudanças climáticas.

Então, nós estamos falando, inclusive, de uma incapacidade de produzirmos, certamente, nos níveis que estamos produzindo hoje nos próximos 50 ou 100 anos. Agora, o que pode acontecer — e que, inclusive, já aconteceu em outros casos — é se utilizar do chamado direito de proteger, que inclusive já foi mobilizando no âmbito do terrorismo em outras áreas, e que, no debate do Conselho de Segurança da ONU, buscou-se incluir a mudança climática como uma questão de segurança

que poderia gerar uma aplicação similar à questão do terrorismo, como, por exemplo, nós vimos no Afeganistão, e que é, no mundo de 2100, onde você tem os Estados Unidos, Europa e China com a transição energética pronta, então eles não estão emitindo mais, o desmatamento no Brasil segue fora de controle por causa de um poder cada vez maior — principalmente por essa falha da soberania interna — dos grupos criminosos, e isso ensejar espaço para bloqueios, embargos, diferentes punições ao Brasil por conta dessa questão ambiental. A intervenção direta, eu acho mais difícil nesse cenário, mas não é de se descartar, como a professora Ana Flávia também colocou. Tudo é possível, agora estamos falando do que é mais provável.

Sérgio. Obrigado, professor. Eu tenho aqui uma pergunta para cada um dos senhores. Perguntas que foram formuladas pelo Coronel Paulo Filho. E ele lhe pergunta, professora Ana Flávia:

“Como convencer a sociedade em geral, e o Estado em particular, da importância e urgência do tema de modo a que políticas públicas sejam efetivamente implementadas?”

Ana Flávia. É uma excelente pergunta — a mobilização da opinião pública, mudança comportamental em escala de sociedade, implementação de políticas públicas efetivas na escala do governo são enormes desafios da política, e é um tema realmente lindo e muito difícil de ser respondido em pouco tempo, mas eu iria pelo lado da ciência. Eu acho que a nossa melhor ferramenta é o conhecimento científico, o conhecimento nacional — nós somos potência em vários setores, que o professor Raoni mencionou alguns: engenharia genética, etc., inclusive no que concerne a clima e engenharia de uma forma geral, nós somos muito bons, somos competitivos e temos muitos estudos relativos a nossa própria realidade que precisam ser tomados em consideração. Então, eu responderia por aí.

Acho que as universidades — puxando um pouco a sardinha para o nosso lado — os centros de pesquisa, associações, instituições, todo tipo de organização formal ou informal, pública ou privada, que pense e que traga o debate para o radar, são extremamente importantes. A ciência é o ponto de partida, nós já sabemos que existe um desafio gigantesco para a humanidade, que é um interesse vital da humanidade. Nós já sabemos que o Brasil tem um papel importantíssimo na construção de soluções, nós falamos bastante de segurança alimentar, mas temos que pensar também na segurança energética.

Nós somos enormes consumidores de energia, a humanidade tende a crescer nas próximas décadas, mas demandaremos cada vez mais energia, e o Brasil tem um papel central nesse ponto. Como fazer circular ciência, como inserir o conhecimento científico nos processos de tomada de decisão? Eu diria que por meio de fortalecimento institucional.

O professor Raoni mencionou o Estado de Direito, que é importantíssimo, claro; mas um fortalecimento institucional não só do ponto de vista desse fortalecimento, do respeito às instituições, mas principalmente da conexão dessas instituições, o que a gente chama de *policy network*. Saber quem são os principais atores envolvidos, por exemplo, na Esplanada aqui em Brasília, com o tema da agenda climática, criar algum tipo de inteligência coletiva na qual essas organizações possam trabalhar, trazendo para o debate a sociedade civil organizada e fazendo circular a necessidade de uma construção de uma agenda coletiva.

Parece uma solução mágica, mas não é — é só uma ideia. Não é fácil, as pessoas só mudarão o comportamento quando entenderem que elas são as vítimas dos seus próprios comportamentos — o professor Raoni colocou no que concerne ao agronegócio. O agronegócio é um exemplo, talvez o mais emblemático do caso do Brasil. O agronegócio precisa financiar pesquisa científica que vai da Amazônia até a Antártica, porque os eventos climáticos extremos influenciarão diretamente esse setor, e tem outros setores que nós nem mencionamos aqui por uma questão de tempo, mas podemos pensar também na aviação civil, na navegação, no transporte público em escala estadual, municipal.

Nós temos agendas gigantescas, o Brasil precisa trabalhar num grande plano — como eu mencionei, estou aqui chamando de plano de riscos globais, riscos no sentido de que nós só garantiremos o fortalecimento da soberania brasileira quando nós tivermos, claramente estabelecido, o que é o interesse nacional e como nós podemos adotar políticas que sejam economicamente viáveis, menos predatórias do ponto de vista ambiental — porque a gente é um fracasso total, parte do nosso

modelo de desenvolvimento é predatório e criminoso, e traz mais injustiça social ainda, acaba com o que nos resta de economia e de esperança econômica — e que seja também justo do ponto de vista social, ou seja, a nossa dimensão de sustentabilidade precisa ser claramente debatida e inserida nos processos decisórios para o nosso próprio interesse.

Não é porque a gente está sofrendo pressão, ameaça, crítica, denúncia, de atores externos ou diferentes stakeholders que a gente tem que responder à altura e acusá-los também do que eles estão fazendo, muito pelo contrário: acho que nós podemos usar essas críticas para verificar o que está errado e como a gente conserta, porque é do interesse nosso corrigir essas falhas: falhas de mercado, falhas políticas, falhas de temporalidade — nós pensamos sempre no curto prazo e há muitas rupturas, a gente nunca enxerga o longo prazo — e questões orçamentárias para sustentar as políticas públicas.

Então, eu responderia um pouco nesse sentido, mas a nossa soberania será fortalecida de dentro para fora, a partir do envolvimento de atores domésticos importantes, que o foco nas instituições acho que tem esse papel de mobilizador, para colocar os atores locais com os atores globais. As instituições brasileiras são boas, mas elas não estão funcionando na agenda que estou chamando de riscos globais. Então, o professor Raoni mencionou bastante o agronegócio, que é, sem dúvida, um setor extremamente importante para a negociação, para o tema de clima e soberania e para negociações multilaterais que os brasileiros acompanham mais nos jornais, mas tem vários outros setores que nós precisamos conectar nessa grande agenda do clima, e eu não vi isso acontecendo no Brasil. Acho que vai por aí, principalmente no que concerne em tudo que voltará para o bolso dos consumidores brasileiros e, principalmente, para as populações mais vulneráveis.

E falando de vulnerabilidade, o último ponto: a próxima COP terá, como um dos principais pilares de negociação, a adaptação, que é outro tema extremamente relevante para o Brasil, para a nossa soberania: a adaptação da população aos impactos e aos danos irreversíveis dos eventos climáticos extremos. Uma boa parte da população brasileira mora muito perto da costa, e sofrerá, sem dúvida alguma, danos materiais, principalmente, e isso enfraquecerá ainda mais a soberania brasileira se nós tivermos a capacidade limitada de reagir a eventos, com ciclones, etc. Obrigada.

Sérgio. Muito obrigado, professora. O Coronel Paulo Filho deixou uma pergunta para o senhor também, professor Raoni:

“A que o Sr. atribui tantas incompreensões — que aqui o Sr. bem demonstrou — acerca do tema mudanças climáticas e soberania?”

Raoni. Isso é uma pergunta complexa que, inclusive, na pesquisa que estou realizando no Wilson Center, busco responder. Mas o que eu já vi, até analisando de maneira preliminar uma série de relatórios até então secretos, confidenciais, seja do lado americano, seja do lado brasileiro, é que, durante o regime militar, que foi quando surgiu exatamente essa oposição, existiam dois lados: existiam, de certa forma, os profissionais que tratavam e trabalhavam no planejamento da Amazônia de longo prazo, e que, inclusive, estavam muito sedentos e eram fortes apoiadores do papel da ciência nesse processo, vide Projeto Rondon⁴, vide todos os investimentos feitos no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e que, inclusive nos documentos internos, já mostram preocupação, baseados na ciência, com o descontrole da colonização da Amazônia.

E do outro lado, você tinha a mídia popular, os jornais, os panfletos, um discurso de um certo nacionalismo superficial e exaltado, que se opunha a qualquer tipo de relação internacional e via com desconfiança todos esses movimentos, a ponto, por exemplo, de você ver — é um momento muito curioso —, onde você tem o Thomas Lovejoy — que, inclusive, é um cientista muito importante, com um histórico muito forte na WWF⁵, e que faleceu recentemente — que estava, na década de 1980, avançando numa operação científica no Brasil, a informação que essa cooperação científica estava para acontecer foi para os jornais, que atacaram, com um ufanismo exagerado, essa iniciativa. E nos documentos internos, trocados entre as autoridades norte-americanas e as brasileiras,

4. Detalhes sobre o que é Projeto Rondon podem ser encontrados em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/co-nheca>, acesso em 19 de outubro de 2022.

5. Detalhes sobre a WWF podem ser encontrados em: <https://www.wwf.org.br/sobrenos/institucional/>, acesso em 19 de outubro de 2022.

os brasileiros falam para os norte-americanos: “não se preocupa, é uma pesquisa importante, nós vamos aprovar, mas só dá publicidade depois que estiver aprovado, senão você sabe como é, o pessoal exagera nos jornais”. E o que parece é que essa visão mais superficial, mais ufanista, mais exagerada, acabou se tornando a memória histórica, e aquele engajamento mais aprofundado, mais baseado na ciência, foi se diluindo com o tempo e foi sendo apagado, inclusive, a partir do momento em que as críticas com relação ao Brasil, no final da década de 1980, se intensificaram.

E um outro elemento também é que, já no final do regime militar, nós temos a questão ambiental — assim como a questão do direitos humanos e uma série de outras — sendo utilizada como principais críticas contra o próprio regime militar, e aí o que nós temos, que é muito comum, é que, já que a pessoa está me criticando sobre aquele tema, você tem, muitas vezes, como reação àquela crítica, uma reconceitualização da crítica. Então, já que estou sendo criticado por destruir a Amazônia: “não, destruir a Amazônia é bom, porque é soberania, porque é presença territorial, integrar para não entregar”, sendo que, na própria época que isso estava acontecendo, nas décadas de 1970 e 1980, já havia preocupações internas com relação a isso. Então você tem uma própria estratégia de resposta pública a essas críticas, que acaba, de certa forma, tentando transformar o demérito — que é a destruição na Amazônia — no mérito, que é a presença territorial na Amazônia, sendo que, internamente, existia ali um conhecimento muito mais sutil que acabou sendo apagado e diminuído nas areias do tempo. E aí está o desafio: reconstruir, de maneira detalhada, esse processo, esses debates internos, para que, hoje, possamos ter uma visão mais detalhada, até mesmo baseada em fatos empíricos, sobre o tema.

Sérgio. Nós temos uma pergunta a mais da senhora Fernanda Teixeira para os dois, e vamos começar pela professora Ana Flávia.

“Como o Brasil pode aproveitar o momento em que a Europa está reavaliando seus compromissos climáticos, devido à guerra, e que Estados Unidos e China entram em crise sobre a cooperação na área climática? Podemos retomar o nosso protagonismo no tema ambiental. Isso é uma oportunidade para que nós nos reposicionemos?”

Ana Flávia. Excelente pergunta. Vou começar pelo final: o Brasil pode retomar o seu protagonismo na agenda ambiental quando quiser. O Brasil é um *global player*, como eu falei. Não dá para negociar nada ambiental sem a forte presença brasileira — ou, se for negociado, não tem peso. Então, essa não é a questão. O Brasil será ator protagonista quando quiser, mas ele tem que querer — não é uma questão de poder, é de querer, de vontade política, na minha opinião.

Inclusive, em 2010, eu escrevi um artigo falando que, na época, o Brasil tinha uma janela de oportunidades bem na linha do que o professor colocou, porque os americanos estavam se afastando da liderança das negociações climáticas depois de Copenhague, que houve um racha entre Estados Unidos e europeus, que é o eixo Euro-Atlântico de indicação da ordem internacional. A China se apresentava como um possível líder, como o professor Raoni colocou — a China queria participar do jogo como um importante ator, mas ninguém queria aceitar a liderança chinesa, até porque a China tinha uma influência regional que não interessava aos dois concorrentes diretos, Japão e Índia, e nem à Rússia. Então, toda a negociação climática multilateral sob a égide da ONU estava com muitas janelas de oportunidade abertas, o Brasil teve, em 2010, essa grande possibilidade. Conseguimos lançar algumas agendas, mas não usou totalmente o seu potencial, na minha opinião — é bem nesse sentido.

Eu não acho que a Europa está reavaliando seu compromisso climático em função da guerra. É claro que eles têm uma agenda muito preocupante de segurança energética, principalmente a Alemanha, nesse momento, mas eles ainda têm tempo para negociar, e acredito que eles vão conseguir negociar antes que o inverno europeu se torne bastante rigoroso, porque vai ficar muito caro, principalmente para a Alemanha. A União Europeia tem uma agenda climática extremamente robusta, estruturada, o que é muito difícil de mudar rapidamente, porque são vários interesses envolvidos nos mais diferentes países. Então, a Europa sempre terá necessidade de apoio de um país grande, como o Brasil.

O Brasil é extremamente importante para que a Europa consiga promover as suas agendas, só que nós temos muitos interesses divergentes também. O nosso principal interesse, na minha opinião,

no que concerne ao clima, no caso do Brasil, como disse aqui são os parceiros estratégicos, nós temos pelo menos três grandes opções que não são exclusivas: os Estados Unidos, obviamente, União Europeia e China. São os três grandes parceiros em diferentes agendas, e o Brasil consegue negociar com os três ao mesmo tempo e consegue, a partir daí, construir algum tipo de coalizão que nos interesse especificamente, como no passado nós tivemos o BASIC.

Então, eu também não acho que Estados Unidos e China estão em crise sobre a cooperação climática. No que concerne ao clima, é uma agenda gigantesca. O presidente Biden pode estar enfrentando um período muito difícil com relação ao presidente Xi Jinping, a gente viu a crise por causa de Taiwan, o fato dos americanos terem declarado que são uma potência indo-pacífica, os chineses não gostaram nada disso. O AUKUS⁶, que é uma aliança militar estratégica com o Reino Unido e a Austrália para conter a influência chinesa, claro que a China criticou isso. A China também criticou o fato dos americanos estarem construindo uma OTAN asiática nessa aproximação com a Índia, então tem várias questões que foram colocadas aí, mas nenhuma delas me permite afirmar que é uma crise entre Estados Unidos e China no que concerne à cooperação na área climática. Essa cooperação é muito maior, é extremamente tecnológica e científica, milhões de pessoas envolvidas direta e indiretamente nesse tipo de pesquisa, e apesar de todas as divergências e interesses do que chamamos de competição sino-americana, a cooperação climática não tem, na minha opinião, nenhuma grande crise. A crise é na implementação de políticas efetivas, porque se vocês pegarem, por exemplo, os trabalhos do professor da Escola de Minas Paris, o Jean Marc Jancovici⁷, ele mostra que todos os acordos não tiveram o impacto esperado — vários estudos mostram isso, os acordos multilaterais e jurídicos — e que o comportamento dos Estados não muda, e que a taxa de emissão global continua aumentando apesar das negociações e pesquisas com os 26 anos de COPs. Obrigada.

Raoni. Eu concordo com a professora Ana Flávia: é difícil a gente falar que houve uma reversão das políticas europeias. O que houve é um ajuste de curto prazo, visto essas questões. Agora, no longo prazo, eu acho que nós temos, de certa forma, um grande divisor de águas, porque, coincidentemente, a Europa, historicamente — o bloco europeu — tem investido mais ou menos 1% do PIB em defesa, o que é muito pouco. A OTAN, em média, tem uns 3%, inclusive foi uma crítica muito forte que o Trump fez enquanto presidente, que o bloco europeu não estava contribuindo o suficiente para a defesa no processo da OTAN. E, coincidentemente, esse valor adicional, esses 3% do PIB, é exatamente o que, por exemplo, a Organização Mundial de Energia Nuclear calculou, que é o custo para transição energética, porque você tem uma série de equipamentos antigos que precisam ser convertidos, que precisam ser modificados.

Então, uma questão importante é: será que vão caber os dois? O orçamento mundial consegue abarcar uma corrida armamentista e uma transição energética? Já aconteceu isso: a Alemanha aumentou muito — de praticamente quase zero — o orçamento de defesa para um valor significativo, e outros países seguem. Agora num outro prisma, você pode ter, na verdade, uma leitura diferente, porque o grande ganhador geopolítico, ou melhor, o grande perdedor geopolítico de um regime climático efetivo é a Rússia, por dois motivos: primeiro, o principal, de certa forma, produto de exportação da Rússia são combustíveis fósseis, então ela tem a perder a partir do momento que os países abandonam aquela fonte. Em segundo lugar, umas das poucas regiões do mundo que, com o aquecimento da temperatura, vão se beneficiar, é a própria Rússia.

Inclusive, a China já tem feito investimentos muito significativos na agricultura da Sibéria, porque você vai estar tendo um derretimento do solo mais precoce, por causa da mudança climática, o que significa que você consegue ter um período mais amplo de exposição e de plantio, o que significa que você consegue ter uma produção maior. Tanto é que, nos últimos anos, a produção agropecuária no Leste Europeu e na Rússia tem batido recorde atrás de recorde.

6. AUKUS é o acrônimo utilizado para nomear a parceria estratégica de segurança entre Austrália, *United Kingdom* (Reino Unido) e *United States* (Estados Unidos). O comunicado que anunciou essa parceria pode ser encontrado aqui: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/09/15/joint-leaders-statement-on-aukus/>, acesso em 20 de outubro de 2022.

7. Os estudos de Jean-Marc Jancovici podem ser encontrados aqui: <https://jancovici.com/en/>. O estudo mencionado pela professora Ana Flávia foi apresentado em palestra realizada em 07 de janeiro de 2020, disponível nesse link: <https://www.youtube.com/watch?v=UH2Ud8jHMeE>, acesso em 20 de outubro de 2022.

Então, não é de interesse da Rússia que haja uma mitigação forte das mudanças climáticas em escala global, e é de interesse da Europa, porque a Europa está muito mais exposta, principalmente o Sul da Europa — basta ver os grandes incêndios em Portugal, Grécia, inundações na Alemanha, etc. Você tem um risco muito grande para o próprio Reino Unido, porque você depende muito das circulações oceânicas para poder manter uma temperatura relativamente amena numa latitude que é da Sibéria — ou seja, se você não tiver esse clima ameno vindo da circulação das correntes atmosféricas, você vai ter uma redução muito grande da temperatura no Reino Unido. Há poucos milhares de anos atrás, você já teve situações similares. E a mesma coisa o Sul dos Estados Unidos, sem falar do Brasil — o Brasil é um dos maiores perdedores das mudanças climáticas também, principalmente na agricultura. Então, existe aí talvez uma visão de longo prazo, de como, de certa forma, atacar essa ameaça do Putin, da Rússia, com relação aos interesses ocidentais: se vai ser só na vertente de defesa ou se vai ser também numa vertente que busca avançar e continuar avançando na agenda climática, visto que você tem uma relação muito clara de países perdedores e ganhadores quando você faz a soma dos efeitos.

Sérgio. Muito obrigado, professor Raoni. Eu acho que, se se pode sintetizar o que foi conversado aqui — e sintetizando pelas consequências — a professora Ana Flávia falou dos três — e eu chamo — eventos disruptivos, para usar a expressão mais corrente hoje: a pandemia, as mudanças climáticas e a invasão da Rússia. Uma só já é um grande problema, mas as três coincidentes nos levam para um ambiente em que é praticamente impossível tentar antever ou prever alguma coisa.

As coisas estão acontecendo agora; tentar imaginar para onde elas vão é um exercício quase de bola de cristal. Mas algumas consequências, a gente já vive — algumas consequências já estão vivíveis — e uma delas, voltando à exposição da professora Ana Flávia, é o choque de realidade que nós tomamos no valor das relações internacionais, de quais são os elementos que frequentam as relações internacionais. São os interesses de cada comunidade, interesse de cada soberania presente nesse tabuleiro. E isso está muito longe do nosso cidadão — ou esteve muito longe do nosso cidadão e cidadã comuns, do brasileiro comum.

A presença da senhora professora e do senhor professor Rajão conosco hoje, traz um alento muito grande naquilo que eu chamo hoje de deserto de análise no campo da área internacional. Nós estamos sofrendo muito nisso. A nossa imprensa tem se preocupado muito mais com questões eleitorais, políticas, menores, miudezas, e deixando esse campo tão importante, que é o posicionamento de um país que tem a importância que nós temos, inegavelmente, sobre isso. O professor Raoni enfatizou, conosco, a questão da soberania, como também a professora Ana Flávia, e as pressões que a gente sofre nisso. E essas pressões não são — enquanto a gente fica instrumentalizando, usando uma ideia lançada pelo professor Raoni Rajão essas questões —, como a questão ambiental, a mudança climática, para efeitos eleitorais, apropriando-se ideologicamente de uma e de outra, segundo os interesses imediatos. A gente, quando olha para fora, vê que isso não tem ideologia. A discussão — ou os questionamentos — sobre a soberania brasileira na Amazônia foram feitos por um espectro que vai de Margaret Thatcher a François Mitterrand a Mikhail Gorbachev. Então, o espectro, temos pouquíssima coincidência ideológica ou quase nenhuma, mas Angela Merkel, Thatcher, Gorbachev, George Bush, as grandes lideranças dos países levaram essa questão, embutiram essa ameaça, essa consideração, nos seus discursos.

Esquecendo — e aqui eu fiquei muito feliz com a afirmação da professora Ana Flávia — um ponto fundamental: a soberania é indispensável à preservação ambiental. Um Estado soberano, nas condições da definição que o professor Raoni recuperou para nós, que seja capaz de levar a sociedade a que serve, o cidadão ao que serve, às agências capazes de cumprir e dar capacidade, competência a essas agências para cumprirem seus papéis, será uma agência ambiental forte, com capacidade de monitoramento, de intervenção e até mesmo de sanção, que vai minorar o problema; senão serão agências indigenistas capazes e competentes que vão resolver.

E aí nós levamos tudo isso para a saúde e, para terminar, a gente chega num conceito também muito caro, que foi levantado pela professora Ana Flávia, em dois aspectos: segurança alimentar e a segurança energética. E a gente vê que abandonamos o tema, abandonamos o conceito de segurança na Constituição de 1988, talvez numa rejeição à forma como a segurança tinha sido usada no passado recente daquele momento.

Abandonamos esse tema e a gente não consegue ter um grande plano de segurança nacional, professora Ana Flávia, porque a gente fica tentando definir o continente pelo conteúdo, a gente fica tentando definir segurança por defesa, a defesa é o contrário: é um pedacinho, um segmento da segurança nacional que passará por transporte, energia, alimento, saúde, todo esse sistema que nos desse essa capacidade.

E é muito bom ouvi-los para ver o quanto a gente já produziu de conhecimento, de competência acadêmica, e quanto vale a pena ouvi-los e quanto vale a pena que os nossos dirigentes — aqueles que, hoje, conduzem o país e que conduzirão em qualquer momento — vão beber na fonte das nossas academias, das nossas universidades, naquilo que a gente tem que buscar, que é uma convergência sobre pontos que são de interesse de todos, e que o primeiro crime que se faz com eles é apropriá-los em nome de uma ideologia ou de interesse partidário, ou de um segmento de uma corporação — sem o conceito equivocado de corporação, entendendo como grupos de interesse que são legítimos numa democracia e necessários. Eu queria agradecer-lhes muito pelas suas palavras, mas antes disso, quero deixar as suas últimas considerações, professora Ana Flávia e professor Rajão.

Ana Flávia. Muito obrigada, general. Eu agradeço a todos, aprendi muito hoje. Um prazer conversar de novo com o professor Raoni Rajão. E eu esqueci de mencionar um ponto que eu achei que viria no debate, que é questão da saúde, da segurança sanitária, porque as agendas científicas mais sofisticadas estão mostrando, já faz algumas décadas, que o derretimento do gelo polar, que mudanças de correntes marítimas, de ventos, mudanças climáticas de uma forma geral fazem com que os animais se tornem verdadeiros refugiados ambientais, e isso, quando é adicionado à rápida e caótica urbanização em vários países em desenvolvimento ou dos refugiados deslocados internos, em razão de processos como a desertificação, estresse hídrico, etc., traz uma nova agenda que a gente está chamando de *One Health*, saúde única, porque os eventos climáticos mudam os padrões de proliferação de vírus, bactérias e outros micro-organismos que poderão causar novas doenças.

Essa é uma outra agenda extremamente complexa que eu não domino de forma alguma, mas só queria deixá-la aqui para talvez uma proposta de um próximo *webinar*, porque soberania sem segurança sanitária não se sustenta, então chamar a atenção para essa questão da segurança sanitária, que é uma agenda muito importante do século 21, e que, sem dúvida, o Brasil tem uma participação ímpar em razão da sua diversidade biológica. Muito obrigada, foi um grande prazer, uma grande honra estar aqui com os senhores e poder conversar sobre esse tema hoje.

Raoni. Concluindo, eu acho que é importantíssimo a gente continuar avançando e se aprofundando nesse tema, e aproximar as comunidades, porque existe um problema até de partida, onde, por causa dos motivos históricos descritos, a comunidade que estuda temas ligados à segurança e defesa olha, com muita desconfiança, para os temas ambientais; e aqueles que vêm das ciências ambientais, como a própria forma com que o ambiente, a poluição, as emissões de gases de efeito estufa, os efeitos das mudanças climáticas, não param nas fronteiras dos países. As fronteiras políticas são irrelevantes para a modelagem matemática que gera a compreensão dos efeitos das mudanças climáticas; mas é claro que são importantíssimas para poder entender como agir e como coordenar as ações nesse sentido.

O fato de que, do ponto de vista biofísico, não existam fronteiras no mundo, faz com que, muitas vezes, aqueles que vêm das ciências ambientais olhem para as preocupações ligadas à soberania e ao Estado com desconfiança, como: “vamos ficar debatendo aqui a diferença entre interesses nacionais sendo que o mundo inteiro precisa ser salvo?”, sendo que, de fato, não tem como salvar o mundo sem alinhar os interesses nacionais, sem reconhecer que existem Estados soberanos que precisam ser fortalecidos de modo a ter uma ação coordenada.

Por isso que essa aproximação e essa articulação entre os dois sistemas realmente é essencial para podermos avançar nisso, principalmente no caso brasileiro, que, de um lado, a grande fragilidade nas relações internacionais está ligada à questão ambiental, a grande força está ligada às relações internacionais. É muito fácil você fazer um grande acordo na Organização Mundial do Comércio e em várias outras áreas, sem o Brasil, porque a contribuição do Brasil para o comércio internacional é relativamente pequena; agora, você não consegue fazer um acordo significativo

em âmbito ambiental e climático sem o Brasil. Então, o Brasil deveria se utilizar mais disso e ser, de certa forma, um ponto de partida, um ponto de engajamento importante, até para que se possa avançar em outras agendas também que são de interesse do país.

Sérgio. Muitíssimo obrigado, professora Ana Flávia, professor Raoni. Muitíssimo obrigado aos que nos assistiram, as perguntas tão qualificadas. Esse é o propósito do Centro Soberania e Clima: encontrar convergências entre os segmentos que tratam das duas coisas, porque elas existem, são muitas e podem iluminar um caminho que nos leve ao interesse coletivo que estamos buscando. Muito obrigado a todos.